ISSN: 2358-8829

A Educação Especial na Rede Municipal de Jardim/MS: organização dos serviços, políticas inclusivas e acompanhamento pedagógico

Karolaine Leonel de Oliveira [1]

INTRODUÇÃO

A democratização do acesso ao conhecimento e a garantia do direito à educação vêm passando por transformações no Brasil, impulsionadas pela superação de modelos segregadores e pelo fortalecimento da inclusão escolar. Sob essa perspectiva, a Educação Especial deixa de ser vista como um atendimento à parte do ensino regular e passa a se estruturar como uma política pública contínua e transversal, essencial para que os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) não apenas ingressem na escola comum, mas nela permaneçam com acompanhamento pedagógico adequado e oportunidades equivalentes de desenvolvimento.

No contexto jurídico e educacional brasileiro, essa orientação fundamenta-se em diretrizes legais consolidadas. Documentos como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI — Lei nº 13.146/2015) estabelecem responsabilidades claras para os sistemas de ensino, como a oferta de recursos de acessibilidade, adequações no currículo e serviços de apoio especializado para a remoção de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais. O objetivo é assegurar que estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação encontrem nas turmas regulares o suporte necessário para sua autonomia e aprendizagem.

Contudo, a aplicação dessas diretrizes nacionais assume formas específicas no nível municipal, espaço no qual as diretrizes se convertem na prática escolar diária.

[1] Mestre do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Campus Aquidauana (UFMS/CPAQ). E-mail: karolaine.leonel@ufms.br.

ISSN: 2358-8829

Diante disso, este artigo analisa a organização da Educação Especial na rede municipal de ensino de Jardim, Mato Grosso do Sul, apresentando suas orientações, metodologias e formas de acompanhamento pedagógico.

Nessa rede, o trabalho pedagógico busca afastar-se da visão estritamente clínica e capacitista da deficiência, compreendendo as diferenças como parte da diversidade do ambiente escolar. Para viabilizar esse trabalho, o município conta com uma equipe multidisciplinar formada por coordenadora, supervisora pedagógica, técnica pedagógica e assistente social, responsável pelo planejamento, pela articulação com outros serviços públicos, pelo diálogo com as famílias e pelo acompanhamento das escolas. Essa organização busca eliminar barreiras e favorecer a participação dos estudantes e o direito à permanência na escola pública com qualidade.

1. Evolução Histórica dos Paradigmas da Educação Especial no Brasil

A trajetória da Educação Especial no Brasil reflete uma mudança gradual nas formas de atendimento, migrando de práticas assistenciais e segregadas para a consolidação da proposta inclusiva que orienta as políticas e o trabalho pedagógico na rede municipal de ensino de Jardim/MS.

Paradigma Clínico-Médico e Segregação: Historicamente, o suporte ofertado aos estudantes com deficiência estruturou-se em redes paralelas e instituições especializadas, isoladas do ambiente escolar regular. Respaldada em uma lógica estritamente terapêutica e biologizante, a condição do sujeito era percebida como patologia, desvio ou déficit individual, recorrendo-se a laudos clínicos e testagens psicométricas padronizadas para categorizar, rotular e segregar os educandos em espaços exclusivos.

Perspectiva Educacional e o Movimento da Integração (Décadas de 1970–1980): Ao longo da década de 1970, sob a influência do comportamentalismo e respaldada pela Lei nº 5.692/71 e pela criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973, as atenções voltaram-se ao aprimoramento de técnicas construtivas específicas. Nos anos 1980, consolidou-se o modelo da Integração e Normalização, no qual a inserção do aluno na escola regular dependia de sua capacidade individual de se adaptar ao sistema, mediante suportes em salas de recursos ou turmas especiais, mantendo a responsabilidade do fracasso ou sucesso no próprio estudante.

ISSN: 2358-8829

A Perspectiva da Educação Inclusiva e a Práxis em Jardim/MS: Com a redemocratização, a Constituição de 1988 e os princípios da Declaração de Salamanca (1994), superou-se a concepção da Educação Especial como um sistema isolado, definindo-a como modalidade transversal a todas as etapas de ensino. Na rede municipal de Jardim/MS, essa orientação traduz-se na reestruturação da escola comum para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas, garantindo o AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, o acompanhamento por professores de apoio e a elaboração do PEI para apoiar a permanência e o aprendizado dos estudantes.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e documental de abordagem qualitativa, voltada à análise da organização estrutural, normativa e pedagógica da Educação Especial no município de Jardim/MS. Os dados operacionais foram levantados nos registros da Secretaria Municipal de Educação, permitindo mapear o fluxo de atendimento, o número de estudantes acompanhados e a atuação dos profissionais de apoio e professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Atualmente, a rede municipal atende 289 estudantes público-alvo da Educação Especial nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. O ingresso no fluxo de acompanhamento ocorre por meio de avaliação pedagógica e psicopedagógica criteriosa realizada pela equipe multidisciplinar municipal, culminando na emissão de um relatório descritivo-analítico. Este documento fundamenta a indicação da mediação necessária: seja pelo professor de apoio pedagógico — incumbido do planejamento adaptado, mediações cognitivas e flexibilização curricular em sala comum —, seja pelo profissional de apoio escolar, focado no auxílio às Atividades de Vida Diária (AVD), locomoção, higiene e segurança, favorecendo a autonomia progressiva do educando.

A atuação dos professores de apoio ancoram-se teóricamente na perspectiva Histórico-Cultural de Vygotsky, segundo a qual o desenvolvimento psíquico superior é mediado por instrumentos e signos culturais no meio social. No contexto da sala comum, a mediação pedagógica atua sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do estudante, transformando funções psicológicas em consolidação através da interação qualificada. O acompanhamento suplementar e complementar ocorre no contraturno nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), distribuídas em três polos municipais e conduzidas por 6 professores especialistas em AEE, responsáveis pela elaboração do

ISSN: 2358-8829

Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI).

Sob o amparo da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) consolidam-se como documentos norteadores flexíveis e dinâmicos. No município de Jardim/MS, o PEI é elaborado pelos professores regentes para atender às necessidades educacionais dos estudantes público-alvo da Educação Especial na sala de aula comum. Já o PDI é elaborado pelos professores itinerantes com o intuito de sanar as dificuldades de aprendizagem de alunos com ou sem laudo, atendidos no contraturno com suporte pedagógico, a partir de um Estudo de Caso que avalia a necessidade educacional de cada indivíduo, registrando o perfil de aprendizagem, as metas pedagógicas, os recursos de tecnologia assistiva e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Ademais, a rede municipal investe no fortalecimento da formação continuada de seus docentes e profissionais de apoio, promovendo encontros de alinhamento conceitual e metodológico que conectam as diretrizes normativas nacionais à práxis cotidiana das unidades escolares de Jardim/MS.

Em suma, a equipe multidisciplinar da Educação Especial — composta pela coordenadora, supervisora pedagógica, técnica pedagógica e assistente social — viabiliza a gestão dessa rede de suporte, articulando o trabalho pedagógico junto às escolas.

Nesse fluxo, os estudantes são atendidos no contraturno em Salas de Recursos Multifuncionais, ofertadas em três unidades polos e conduzidas por seis professores especialistas em Atendimento Educacional Especializado, responsáveis por elaborar o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Deficiência sob a Lente dos Estudos Culturais

A partir das contribuições dos Estudos Culturais, a deficiência é desvinculada das noções de falta, limitação ou desvio individual, sendo compreendida e valorizada como expressão da diversidade humana e diferença cultural legítima. Nessa perspectiva, o

trabalho pedagógico na rede municipal de ensino de Jardim/MS supera o foco no laudo clínico ou na patologização para centralizar-se nas interações sociais e nos modos como a comunidade escolar acolhe a singularidade de cada estudante.

Teóricos como Tomaz Tadeu da Silva (2000) apontam que os conceitos de "identidade" e "diferença" são produções sociais e discursivas. Desse modo, em vez de buscar a normalização ou a padronização do educando em relação a um modelo idealizado, a prática educativa em Jardim volta-se ao reconhecimento da alteridade, eliminando concepções capacitistas e compreendendo a diferença como potência e riqueza indispensáveis ao ambiente escolar.

Essa mudança de paradigma exige abandonar definitivamente a concepção de deficiência centrada no déficit biológico ou na carência individual, transferindo o olhar para os arranjos sociais e pedagógicos que produzem o capacitismo. Na rede municipal de ensino de Jardim/MS, desconstruir a visão tradicional significa entender que a limitação não reside no sujeito, mas sim nas barreiras atitudinais, arquitetônicas e metodológicas presentes no ambiente escolar. Dessa forma, a atuação pedagógica passa a priorizar o acolhimento da alteridade como valor ético fundamental, reconhecendo a singularidade de cada estudante como expressão legítima da diversidade humana e ponto de partida para a ação educativa.

Na prática cotidiana das escolas municipais, essa perspectiva traduz-se em ações intencionais voltadas à quebra de estigmas e ao fortalecimento da autonomia dos educandos. Ao superar o viés assistencialista e integrador, a gestão municipal foca na eliminação de atitudes preconceituosas e na promoção de espaços de convivência responsivos e inclusivos. A valorização da diferença deixa de ser um mero discurso teórico e consolida-se em arranjos colaborativos entre os profissionais da educação e a comunidade, garantindo que o direito à escolarização seja vivenciado em sua plenitude, sem discriminação ou exclusão.

2.2. O Modelo Social e a Identidade de Deficiência

Nessa perspectiva, Skliar (2003) problematiza o conceito de "normalidade", questionando as construções sociais que frequentemente reduzem a diferença a uma limitação a ser corrigida, em vez de compreendê-la como uma condição inerente à

diversidade humana. No Modelo Social da Deficiência, o foco desloca-se do impedimento biológico individual para as barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas impostas pelo meio, as quais restringem a participação do estudante.

Na prática pedagógica da rede municipal de Jardim/MS, essa abordagem consolida-se na atuação articulada entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os professores de apoio. O objetivo central prioriza a eliminação de barreiras de aprendizagem por meio do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e de adaptações curriculares flexíveis, garantindo o protagonismo e a autonomia do estudante no ensino regular.

Nesse cenário, a formação continuada dos educadores consolida-se como pilar indispensável para sustentação da rede inclusiva. Para além do aprendizado de técnicas, a capacitação constante deve incentivar a reflexão crítica sobre concepções capacitistas no cotidiano escolar. Na rede municipal de ensino de Jardim/MS, o investimento na formação contínua dos professores de apoio, docentes regulares e equipes gestoras visa apoiar a prática pedagógica, estimulando o uso de metodologias flexíveis e a adequação dos ambientes escolares à diversidade dos alunos.

De modo complementar, a consolidação de ações voltadas à inclusão requer o diálogo contínuo entre a Secretaria Municipal de Educação, as escolas e a comunidade. A criação de canais de interlocução com as famílias e serviços parceiros fortalece os laços comunitários e o compromisso coletivo com a remoção de barreiras. Essa articulação contribui para que o respeito à diversidade ultrapasse o ambiente escolar e se reflita na convivência comunitária no município.

2.3. Alteridade e o Encontro com o "Outro"

O conceito de Alteridade, profundamente ancorado nos estudos de Mikhail Bakhtin e reelaborado no campo educacional, torna-se pilar indispensável para desconstruir visões paternalistas e assistencialistas. A alteridade pressupõe o reconhecimento do "outro" em sua singularidade e plena dignidade, rejeitando categorizações que reduzem o sujeito ao seu diagnóstico ou a um padrão de carência.

ISSN: 2358-8829

Ao promover ações de formação continuada, a Secretaria Municipal de Educação de Jardim fomenta o engajamento docente no acolhimento ético e pedagógico da alteridade. Esse movimento exige a superação de rótulos romantizados ou estigmatizantes, reconfigurando a sala de aula regular em um espaço responsivo, adaptável e desprovido de barreiras atitudinais, onde cada estudante é compreendido como sujeito de direitos, cultura e aprendizagem.

A consolidação de políticas públicas inclusivas no âmbito municipal exige uma articulação contínua entre as diretrizes normativas nacionais e a reorganização da gestão escolar. Como aponta Mantoan (2015), a inclusão escolar não se limita à garantia do acesso físico ou à matrícula dos estudantes com deficiência na rede regular, mas demanda a transformação das práticas pedagógicas e da cultura organizacional. Nesse contexto, os marcos normativos, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, fundamenta a obrigatoriedade de eliminação de barreiras atitudinais, metodológicas e arquitetônicas, impulsionando ações intersetoriais que assegurem a permanência com qualidade e equidade.

No âmbito do acompanhamento pedagógico, a atuação colaborativa entre a equipe técnica da Secretaria de Educação, os professores da classe comum e os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) torna-se essencial para a efetivação dessas políticas. A literatura destaca que a formação continuada e o trabalho em rede fortalecem a construção de estratégias personalizadas, como o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), permitindo identificar as potencialidades do estudante e flexibilizar o currículo de forma intencional. Conforme salientam Castro e Sousa Alves (2019), o acompanhamento constante e o suporte pedagógico qualificado não apenas auxiliam o desenvolvimento da autonomia do aluno, mas também capacitam os docentes no enfrentamento dos desafios cotidianos da sala de aula inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da reorganização da Educação Especial na rede municipal de Jardim/MS evidenciam um processo contínuo de consolidação das ações inclusivas. Atualmente, o atendimento a 289 estudantes público-alvo da modalidade demonstra o

fortalecimento das políticas locais. Essa estrutura apoia-se no trabalho da equipe multidisciplinar (coordenadora, supervisora pedagógica, técnica pedagógica e assistente social), que realiza o acompanhamento institucional e a orientação das diretrizes no município.

O acompanhamento dos estudantes tem início na avaliação pedagógica conduzida pela equipe especializada, com a elaboração de relatório psicopedagógico. Esse documento orienta a atuação profissional: os professores de apoio auxiliam nas adaptações do currículo e no planejamento pedagógico, enquanto os profissionais de apoio escolar prestam suporte em Atividades de Vida Diária (AVD), visando à autonomia gradual do aluno.

Além disso, a integração entre as turmas regulares e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno — organizado em três polos escolares com 6 professores especialistas — reforça o alinhamento com o Modelo Social da Deficiência. A adoção de diretrizes do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Individualizado (PDI) reafirmam a busca pela eliminação de barreiras atitudinais e pedagógicas no cotidiano da rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidencia que a organização da Educação Especial na rede municipal de ensino de Jardim/MS consolida a superação do paradigma tradicional de deficiência ao colocar a alteridade e a eliminação de barreiras no centro das práticas pedagógicas e administrativas. Ao reconfigurar a atuação da equipe multidisciplinar, dos professores de apoio e do AEE sob a perspectiva da valorização da diferença, o município reafirma seu compromisso ético com uma inclusão efetiva, pautada na equidade e no pleno desenvolvimento do estudante.

Por fim, ressalta-se a relevância de contínuos estudos e avaliações sobre o impacto das formações docentes e do acompanhamento pedagógico na eliminação de barreiras atitudinais, fortalecendo a construção de saberes científicos e empíricos no campo da Educação Especial inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Inclusiva, Políticas Públicas, AEE.

ISSN: 2358-8829

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossos sinceros agradecimentos à Secretaria Municipal de Educação de Jardim/MS, na pessoa da secretária Lilian de Fátima Sanches Cavalheiro, e ao gestor do município, Juliano Miranda, pelo apoio institucional prestado. Estendemos nosso reconhecimento à coordenadora da Educação Especial, Valdenia Aparecida Penha, cuja atuação incansável viabiliza a efetivação da inclusão na rotina escolar. Por fim, agradecemos a toda a comunidade escolar pelo engajamento e participação democrática na promoção de uma educação inclusiva para os estudantes público-alvo da Educação Especial. As colegas de trabalho não medem esforços para que a inclusão seja realidade no município de Jardim, em especial a Keila Amorim da Rocha Bernardo e Márcia de Passos Mendonça.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. et al. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CASTRO, P. A. SOUSA ALVES, C. O. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. **E-Mosaicos**, v. 8, n. 17, p. 3-25, 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

SILVA, T. T. (Org.). **A alienação da identidade e da diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

UNESCO. **Orientação para o uso de inteligência artificial na educação e na pesquisa**. Brasília, DF: UNESCO, 2023.